

DOI:10.4025/5cih.pphuem.0521

Fogo na Roça: Desastres Ambientais No Estado Do Paraná (1963)

Letícia Aparecida da Paixão¹, IC/UEM

Angelo Priori (Or.)²

Resumo: O objetivo desse texto é analisar os impactos sociais decorrentes dos desastres ambientais ocorridos no ano de 1963 no Estado do Paraná. Nesse ano aconteceu uma longa seca, seguida de geada e de incêndios florestais que abalou o campo paranaense, chegando a consequências trágicas, como a morte de 110 pessoas e a destruição de mais de 600 mil alqueires de florestas e plantações, além de casas, sítios e paióis. Para essa análise utilizaremos a metodologia da história ambiental, que vem ganhando importância nas pesquisas históricas, atualmente. Os materiais utilizados para essa pesquisa são os dados oficiais do Estado do Paraná, jornais e fotografias da época. Pretende-se, assim, ampliar a análise de um tema pouco estudado, além de aprofundar o conhecimento sobre a relação do homem com a natureza.

Palavras-chave: História Ambiental, Geadas, Incêndios, Paraná.

1. História Ambiental

A humanidade vem presenciando ao longo do tempo desastres ecológicos como a poluição excessiva, desmatamento de áreas tropicais, o número crescente de animais e vegetais sob ameaça de extinção, o efeito estufa, o aumento do buraco na camada de ozônio, entre outros. Devido a esses acontecimentos a questão da sustentabilidade da vida humana no planeta se tornou um tema obrigatório em todas as esferas da sociedade. E essa preocupação pode ser notada através da atuação de partidos e organizações ambientalistas.

De acordo com Martins (2007), o *turning point* da questão ambiental foi a década de 1970. No ano de 1971, um pequeno grupo de militantes ecológicos lançou as bases do Greenpeace após uma reação contra os testes nucleares norte-americanos no Alasca. No ano seguinte foi publicado um relatório do Clube de Roma, intitulado *Limites para o Crescimento*, que continha um alerta de que os recursos naturais da Terra seriam rapidamente esgotados caso continuasse no mesmo ritmo de expansão da população e da economia mundial.

Face a tais problemas socioambientais, surgiu a História Ambiental, que tem como temática a história e a natureza. Buscando compreender a relação homem-natureza.

Tendo em vista que o objetivo da História Ambiental é colocar o homem na natureza, Martins (2007, p.22), afirma reconhecer que o planeta possui existência independente das sociedades, anterior a elas e regida por movimentos naturais. A natureza, portanto, não existe em razão dos seres humanos, a história do planeta tem sua própria trajetória, não dependendo da humanidade para seguir seu curso.

Porém, temos que ter em mente que a ação humana interage com as forças da natureza, provocando impactos sobre os ambientes. A ação humana pode agravar a situação ambiental e causar catástrofes, bem como contribuir para a desorganização de biomas.

Ligando a história natural à história social, a partir de observações das relações entre comunidades e os seus meios naturais, Drummond (1997) enumerou cinco características dos estudos da História Ambiental:

A primeira característica é que quase todas as análises focalizam *uma região geográfica com algum grau de homogeneidade natural*. Estuda uma região árida, o vale de um rio, uma ilha, um trecho de terras florestadas. Desse modo, a história ambiental quase sempre tem parentesco com a história regional na sua ênfase em processos locais ou geograficamente circunscritos, embora as regiões estudadas sejam mais ‘naturais’ do que ‘sociais’ (Drummond, 1997, p.17).

Uma segunda característica é o *diálogo sistemático com quase todas as ciências naturais aplicáveis ao entendimento dos quadros físicos e ecológicos das regiões estudadas*. Os historiadores usam textos básicos e avançados de geologia, geomorfologia, climatologia, meteorologia, biologia vegetal e animal e ecologia. Portanto, a história ambiental é interdisciplinar. Depende de outras ciências para sua melhor compreensão (Drummond, 1997, p. 17).

A terceira característica da História Ambiental é explorar *as interações entre o quadro de recursos naturais úteis e os diferentes estilos ou níveis civilizatórios das sociedades humanas*. As ciências naturais mais uma vez contribuem para o entendimento “material” do conjunto de recursos naturais disponíveis, mas é principalmente na história das civilizações, na antropologia cultural e na geografia econômica que os historiadores ambientais encontram um repertório de conceitos, estudos empíricos e enfoques que permitem avaliar as diferentes formas de uso dos recursos (Drummond, 1997, p. 17).

A quarta característica é a *grande variedade de fontes*. Os historiadores ambientais usam fontes tradicionais da história econômica e social, como censos populacionais, econômicos e sanitários, inventários de recursos naturais, imprensa, documentos governamentais, diários e correspondências. Os relatos de viajantes, exploradores e cientistas

européus, que se expandiram pelo mundo a partir do fim do século XV, são outra fonte fundamental (Drummond, 1997, p. 18).

A última característica da história ambiental é o *trabalho de campo*. Ir pessoalmente até o local para entrevistar os moradores, consultar os arquivos locais e conversar com os cientistas que trabalham na região. O trabalho de campo serve para identificar as marcas deixadas na paisagem pelos diferentes tipos humanos (Drummond, 1997, p.19).

A História Ambiental fundamenta-se em uma variedade de fontes, como já foi dito e, portanto, esse ponto merece atenção especial. Segundo Martins (2007), muitas dessas fontes já são de uso consagrado pelo historiador. Quanto às novas fontes o autor destaca as próprias paisagens, que requerem, para sua utilização, estratégias específicas de observação e interpretação. A maneira de lidar com essa nova fonte, a paisagem, também exige a abertura de diálogo com especialistas de outros campos da ciência naturais.

O autor ainda observa que a História Ambiental enfrenta duas dificuldades quanto as suas fontes. A primeira delas é que as sociedades, de modo geral, são pouco atentas às transformações que ocorrem no seu ambiente. A segunda dificuldade esta associada à escala de tempo das transformações ambientais. Muitas delas só são perceptíveis na longa duração, mas é bastante raro encontrar registros históricos que cubram as numerosas fases destas transformações de longa duração.

Seja como for, aos historiadores ambientais resta o desafio de inventar as fontes que podem viabilizar a discussão de seus novos problemas (Martins, 2007, p. 55).

Para verificarmos concretamente alguns dos significados e procedimentos da História Ambiental, citamos a obra de dois autores que realizaram um estudo, abordando a questão ambiental, sobre regiões específicas do Brasil.

Warren Dean foi um dos primeiros historiadores norte-americanos que começou a explorar a relação entre a sociedade e o meio ambiente. Com sua obra *A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira* (1996) consolidou plenamente a sua contribuição ao campo emergente da História Ambiental. O foco de interesse do autor vai desde a formação pré-histórica da terra e da floresta, passando pela chegada dos homens até o impulso ao desenvolvimento da região. Ele elabora uma história crítica da exploração econômica movida quase sempre pela ganância com pouca ou nenhuma preocupação com a Mata Atlântica.

O segundo autor mencionado é José Augusto Drummond em *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro* (1997), que tencionou recuperar a “memória ambiental” e analisar os processos de alteração ambiental do Rio de Janeiro através da devastação de suas florestas, paisagens e formas de vida a elas associadas.

Por fim, utilizando as palavras de Martins (2007, p.81), não resta dúvida de que “a história ambiental possui grande capacidade de seduzir, e pode ser acusada de estar na moda, produzindo trabalhos ligeiros para o consumo imediato de um público ávido por novidades”. A História Ambiental requer um cuidado especial com as interpretações e com as provas dos fatos.

Neste recente ramo da História, as estruturas do cotidiano, as formas de exploração econômica e de dominação política, o espaço e o tempo são o ambiente que os historiadores devem buscar compreender, interpretar e transformar na direção da sustentabilidade. Não podemos esquecer que este ambiente é o lugar de projeções e simbolizações de sentimentos e ações humanas.

2. Incêndios No Paraná Em 1963

No final de agosto de 1963 o Paraná viu-se tomado de inúmeros focos de incêndios que abalou as estruturas econômicas e sociais do Estado. A grande estiagem ocorrida a partir

de janeiro, as geadas do mês de agosto e o início das queimadas no campo foram as principais conseqüências dos incêndios.

Em um período compreendido entre agosto e setembro o fogo atingiu 128 municípios paranaenses. A área devastada foi calculada em torno de 21 mil quilômetros quadrados, a qual era ocupada por casas, sítios, lavouras e reservas florestais, gerando um prejuízo de bilhões de cruzeiros (PARANÁ, 1964, p. 5).

De acordo com o relatório elaborado pelo governo do Estado do Paraná (1964), cerca de 600 mil alqueires de matas, pastagens e lavouras, além de casas, sítios, fazendas e paióis foram devastados pelo fogo. Imensas reservas florestais também foram destruídas. E o número de mortos foi calculado em aproximadamente cem pessoas.

Em fins de agosto, a situação do Paraná era de calamidade pública, oficializada através de decreto de iniciativa do Legislativo e aprovada por unanimidade da Casa. Depois das fortes geadas, o Estado vinha sendo assolado pela maior seca dos últimos setenta anos, e que dera origem a incêndios devastadores. Incalculáveis riquezas estavam sendo queimadas. O desemprego ascendeu a dezenas de milhares de pessoas que, agora, integravam o novo contingente de homens sacrificados: os flagelados (Paraná, 1964, p. 13).

O combate ao fogo foi dificultado devido ao surgimento de diversas frentes de focos de incêndios em diversos pontos do território que cresciam a uma velocidade relativamente rápida. Em conseqüência do grande calor gerado, a aproximação de homens para conter os focos estava impossibilitada, sendo realizado um trabalho apenas de prevenção.

2.1 Antecedentes: As Geadas

Para uma melhor compreensão dos incêndios ocorridos no Paraná devemos realizar uma análise climática do período. O ano de 1963 foi consagrado pela literatura climatológica como um dos mais secos do século passado, na região Centro-Sul do Brasil (Apud: Ribeiro, 1984, p. 25). Os Estados de São Paulo e Paraná foram os que mais sofreram com a prolongada estiagem. Deve-se considerar também que a falta de chuva foi agravada pelas fortes geadas que ocorreram durante a primeira quinzena de agosto.

De acordo com Ribeiro (1984), a evolução do quadro climatológico no ano de 1963 pode ser considerada normal até meados do mês de abril, período em que as chuvas ficam escassas e desaparecem até o final do ano. Porém, o inverno de 1963 pode ser considerado atípico quando analisamos as secas e as geadas desse ano:

Cronologicamente a “onda de frio” vem em primeiro lugar. Está ligada à invasão polar de fluxo rápido e contínuo que atravessou toda região entre 4 e 8 de agosto levou a Frente Polar Atlântica até a Baía de Todos os Santos. O caráter rápido da invasão, a fraqueza das precipitações frontais implicaram um declínio da umidade, na limpeza do céu e, conseqüentemente, na forte amplitude diária, que culminou em resfriamento intensos nas madrugadas dos dias 5, 6 e 7, quando ocorreram geadas. As mínimas foram de 0 em Londrina e chegaram a -7 em Guaravera (Monteiro, 1969 apud Ribeiro, 1984, p. 25-26).

Ribeiro (1984), afirma que a seqüência estiagem-geada-estiagem criou o ambiente favorável à propagação do fogo. Por ser um método de baixo custo e resultado imediato, o fogo é utilizado no final do inverno para renovar as pastagens e para a abertura de novas terras para plantios.

No início do mês de agosto de 1963 as temperaturas baixaram de modo considerável no Paraná. Com médias registradas abaixo de 0, o resultado foi geadas semelhantes às de 1953 e 1955. Conseqüentemente a lavoura cafeeira foi queimada, bem como o resto de toda a área agrícola do Estado, o que representou um grande prejuízo na economia do Estado.

Segundo o jornal Folha de Londrina, do dia 07 de agosto de 1963, a queda de temperatura resultou em uma perda de 50% dos cafezais paranaense. A produção da safra que

era estimada em 15 milhões de sacas ficou reduzida a metade, gerando um prejuízo de aproximadamente 100 bilhões de Cruzeiros:

O panorama é de ampla desolação e embora não haja, ainda, informes precisos sobre a extensão do fenômeno, é certo que mais de 60% dos cafezais foram queimados. Há quem calcule mesmo, segundo se informava ontem a tarde, que a quebra verificada seja da ordem de 80% (Folha de Londrina, 07.ago.1963).

A estimativa do governador do Estado foi de que um milhão de pessoas foram atingidas pelas geadas. Se caso não houvesse medidas para atender a população paranaense, o restante do país seria também atingido, uma vez sendo dependente da produção de café do Paraná:

A geada de terça-feira atingiu, diretamente, 1 milhão de pessoas que não poderão ficar desamparadas, em face dos problemas que fatalmente advirão do fenômeno. E referindo-se a uma eventual alteração do esquema cafeeiro, o Sr. Ney Braga opinou: “Se for preciso modificar o atual esquema, isso só será possível depois de estudos profundos. Vou a Brasília reclamar auxílio não para o governo do Paraná, mas para a cafeicultura (Folha de Londrina, 03. Set.1963).

Contudo, não foi somente a lavoura cafeeira atingida pelas geadas. As pastagens e a própria cultura da cana de açúcar foram afetadas, uma vez que já vinham sendo castigadas pela estiagem. Seus danos somaram-se para agravar a situação do lavrador paranaense.

2.2 Os Incêndios

“Sêca, geada e fogo. Êste o ano da penitência! O demônio reinou por aqui e trouxe todo o fogo do inferno com ele” (Paraná, 1964, p.16).

No dia 14 de agosto de 1963 foi noticiado os primeiros focos de incêndios em Guaravera, Paiquerê e Tamarana, distritos do município de Londrina. Segundo o jornal Folha de Londrina, foi atingido cerca de 5 mil alqueires de matas e plantações. Não houve vítimas, porém, os prejuízos foram alarmantes. Lavouras e casas foram consumidas pelo fogo e animais domésticos foram queimados.

As causas dos incêndios são conhecidas. O ano de 1963 foi marcado por uma estiagem prolongada. A queda de temperatura no início do mês de agosto fez com que ocorressem fortes geadas, que ressecou o campo paranaense. E por fim, o principal agente causador, o tradicional método de queimada dos campos no final do mês de agosto. O fogo se alastrou com facilidade pelo território devido à ação dos ventos que propagou as fagulhas.

Porém, existiram casos de verdadeira piromania. Um exemplo significativo foi denunciado pelo administrador do Parque Florestal de Irati, do Instituto Nacional do Pinho. O parque contava com uma excelente vegetação, 4 milhões de pés de coníferas, e os cuidados com o fogo foram enormes durante a fase dos incêndios. No fundo do parque havia uma linha ferroviária movida a carvão, a cada passagem do trem, um vigia de bicicleta, acompanhava o comboio, apagando os focos gerados pelas fagulhas da chaminé. Duas vezes o vigia viu o maquinista lançar sobre a margem da estrada, estopas acessas, agindo assim, criminosamente no sentido de provocar incêndios (Paraná, 1964, p. 12).

As regiões do Estado mais densamente atingidas foram os municípios de Ortigueira, Curuiva, Tibagi, Sapopema, Arapoti, Cândido Abreu, Barbosa Ferraz, Reserva, Ivaiporã, Roncador, Palmital, Pitanga e Inajá, numa área de 16 mil quilômetros quadrados, ou seja, 640 mil alqueires de terras (Paraná, 1964, p.12).

A região central do Paraná contava com uma vasta área florestal que foi destruída parcialmente pelos incêndios. Por exemplo, dos 55 mil alqueires que constituem a área do município de Arapoti mais de 30 mil eram cobertos de pinheiros, naturais e cultivados, que abasteciam a fábrica das Indústrias Brasileiras de Papel S.A.. O fogo atingiu 90% do seu território queimando cerca de 25 milhões de pinheiros (Paraná, 1964).

Nas fazendas das Indústrias Matarazzo, no Rio do Peixe e no Rio das Cinzas, foram destruídos vinte milhões de pinheiros cultivados, de oito a dezesseis anos, acarretando uma perda de centenas de milhões de cruzeiros.

O flagelo se estendeu aos municípios de Sengés e Jaguariaíva, de acordo com Paraná (1964, p. 17). Neste último, queimaram-se quinze milhões de pinheiros cultivados da reserva florestal da firma Sguario, proprietária da fábrica de pasta mecânica, no distrito de Bertanholi. A catástrofe terrível deixou, em Arapoti e Jaguariaíva, um trágico saldo de 27 mortos e 14 feridos. Vinte famílias perderam suas casas e todos os seus pertences.

O relatório do governo apontou que o município de Ortigueira foi o mais assolado. Teve cerca de 90% de seu território atingido pelo fogo. Natingui, seu mais rico e populoso distrito, foi arrasado pelo fogo em apenas um dia. Quinhentas famílias ficaram sem teto. O rebanho de suínos foi dizimado em torno de 50%. A indústria extrativa de madeira sofreu danos vultosos, com a queima de imensas reservas florestais.

Mais de 70% das reservas florestais de posse das Indústrias Klabin de Papel e Celulose, cultivadas na Fazenda Monte Alegre, no município de Tibagi, foram atingidas pelo fogo. Cerca de 200 milhões de pinheiros foram queimados. Além dos pinheirais de Monte Alegre, a indústria possuía reservas nos municípios de Roncador e Campina da Lagoa.

Segundo o relatório “Paraná: Do Flagelo a Recuperação”, 90% do patrimônio da fábrica foi destruído pelo fogo, contando com a área de reflorestamento, instalações como a serraria, que foi totalmente destruída, bem como grande quantidade de matéria prima pronta para uso.

A zona rural de Curiúva teve 80% de sua área arrasada. O fogo destruiu 139 casas, 50 ranchos e 68 mil hectares de matas e lavouras a colher, centenas de paióis de milho, mil cabeças de suíno. Além de outras criações. 189 famílias ficaram desabrigadas e 23 pessoas perderam a vida (Paraná, 1964, p. 22).

Os incêndios representaram um desfalque no patrimônio florestal nativo e industrializado do Estado:

... Ao número de pinheiros industrializáveis atingidos pelo fogo, estamos em que terá sido de 15 bilhões de cruzeiros... Que somados aos prejuízos pela queima de serrarias, ainda não apurados devidamente, dará uma cifra aproximadamente de 17 bilhões de cruzeiros de perdas... Sendo de coincidentemente de 1.500.000 a estimativa das árvores atingidas... (Paraná, 1964, p.57).

A região produtora de café do norte do Paraná também foi densamente atingida. Os incêndios devastaram extensas áreas rurais, atingindo matas, plantações, animais, instalações, máquinas agrícolas. A extensão dos danos causados pelo fogo foi maior nos municípios de Londrina, Cianorte, Maringá, Umuarama, Astorga, São Jerônimo da Serra, Sabáudia, Apucarana e Ivaiporã (Folha de Londrina, 24. Ago. 1963).

Nesse mesmo dia o jornal Folha de Londrina informou que uma área de mil alqueires de matas e lavouras de café foi inteiramente consumida em Astorga, devastando as propriedades de Júlio e Otávio Genta. O fogo destruiu também uma ponte de 50 metros sobre o Rio Pirapó, que ligava Astorga a Mandaguari, interrompendo as comunicações nesse trecho, que era uma das mais férteis regiões agrícolas do Estado. Em função dos incêndios iniciou-se o êxodo de trabalhadores rurais para a cidade. A situação era de desespero, famílias de lavradores astorguenses se reuniam em procissão com imagens de santos, pedindo o fim da estiagem e dos incêndios.

No norte/noroeste paranaense as grandes frentes de fogo se concentraram nos municípios de Peabiru, Campo Mourão e Cruzeiro do Oeste.

Em Peabiru, 60% dos cafezais que não atingidos pelas geadas, foram destruídos totalmente pelo fogo. No município de Campo Mourão, a Usina Mourão, teve danificado pelas chamas 3.453 sacas de cimento, além de quase todas as suas dependências. Na cidade de Inajá, que esteve perto de ser totalmente destruída, mais de 80 pessoas ficaram feridas no

combate às chamas. Tendo o fogo conseguido alcançar inúmeras fazendas da zona rural do município, onde causaram prejuízos da ordem de Cr\$ 10 milhões. Uma reserva de 20 alqueires de pinheiros foi totalmente devastada (Paraná, 1963, p. 30).

A grande esperança é que chova. A população paranaense começou a apelar aos céus rezando. Os focos de fogo vão multiplicando-se, com perigo de invadir outros Estados. Na fronteira com Santa Catarina, houve êsse perigo. As chamas de Rio Negro, ao Sul de Curitiba (já debeladas), chegaram a passar para os arredores de Maíra em território catarinense. As últimas informações adiantam que o fogo foi controlado e dominado (Folha de São Paulo, 1963 apud Paraná, 1964, p. 26).

Porém, as primeiras gotas de chuva caíram somente no final do mês de agosto. Mas, não foram suficientes para apagar o fogo. Nas regiões onde não ocorreram as precipitações, principalmente o norte do Paraná, o fogo continuou a arder, porém em menos intensidade.

Os incêndios causaram uma grande dívida aos cofres do Paraná. Consumiram plantações, matas, casas, animais, implementos agrícolas, deixaram milhares de pessoas desempregadas, sem residência e sem renda. Calculava-se 200 milhões de cruzeiros aproximadamente o montante das perdas causadas pelo fogo no território.

Quanto ao número de mortos há divergências. Um levantamento realizado pela Secretaria do Trabalho e Assistência Social estimou que 89 pessoas morreram em consequência dos incêndios. Sendo 35 o número de perda de vidas humanas em Curiúva; 26 em Ortigueira; 8 em Ibatí; 6 em Cândido de Abreu; 5 em Reserva; 3 em cada um dos municípios de Inajá, Sengés e Guarapuava (Folha de Londrina, 09. Set.1963). Já o relatório elaborado pelo governo do Paraná, estimou que o número de mortos chegou a mais de cem pessoas.

O drama da população paranaense era relatado através da imprensa:

O Inferno existe. Eu sei disso porque vim de lá. Na área compreendida pelos rios Paranapanema, Ivaí e Piquiri, o diabo fundou a Sucursal do Inferno. Podia sentir a intensidade do drama nos olhos do homem estático, à beira do corredor fumegante. Sem casa, sem roça, sem animais. Sem fé, nem esperança. Perdera ele a batalha do fogo, derrotado que já havia sido pela geada. Disse-lhe que o Governo tomaria providências de amparo e auxílio. Ele meneou a cabeça, descoroçoado, e sorriu triste. Se o Governo falhasse, prosseguiu, Deus viria em socorro dos flagelados. A resposta foi de estarrecer: “Moço, não acredito mais em Governo, nem em Deus...” (O Estado do Paraná, 1963 apud Paraná, 1964, p. 23).

E também foi relatado nos versos do cantor e compositor João do Vale em parceria com Helena Gonzaga, na música *Fogo no Paraná*, que conta a história de uma família que se mudou para o Paraná, *mas num é pra "enricar" não... é só pra viver*

“aquele fogo maldito... que o Paraná quase engole... José lutava com ele... acompanhado da prole... vós misse fiquem sabendo... que José nunca foi mole”
(Valle, João do. *Fogo no Paraná*, 1965).

2.3 Intervenções Do Governo Estadual

Cessando o flagelo, ficaram suas seqüelas. Todo o Paraná se mobiliza, para a difícil tarefa da restauração de sua economia, assentada, predominantemente, na atividade agropecuária e na produção extrativa vegetal. O levantamento da área assolada, concluído pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização, permitiu o governo avaliar a extensão dos prejuízos e esboçar os planos para o restabelecimento de condições mínimas que habilitem as populações flageladas ao reinício de suas atividades normais (Paraná, 1964, p. 16).

Diante da situação que se encontrava o Estado do Paraná, a preocupação inicial do governador Ney Braga foi prestar assistência à população assolada pelos incêndios. O governador ordenou a todos os setores da administração a adoção imediata de providências

que poderiam fazer frente ao flagelo. Das Secretarias de Segurança Pública às de Saúde e do Trabalho, além do trabalho de assessores da máquina administrativa, o Governo se empenhou em conter uma tragédia ainda maior (Paraná, 1964).

Em 28 de Agosto de 1963, tomando consciência do fenômeno que abatia o Paraná, os deputados aprovaram por unanimidade a decretação do Estado de Calamidade Pública. Levaram em conta as conseqüências das geadas, o fogo que se alastrava e principalmente o agravamento do problema social, o desemprego. Que conseqüentemente gerou a paralisação quase total das atividades agrícolas:

...vive o Paraná momentos difíceis; está a braços do desespero que se espalha por toda a região assolada, com o desemprego de mais de 200 mil famílias; com sua economia severamente enfraquecida, como efeito da destruição de seus produtos básicos; necessita ir ao encontro de imediato dos flagelados, atirados ao desabrigo, a miséria, e a toda sorte e infortúnios (Paraná, 1964, p. 47).

A intervenção do governo representou um ânimo maior às populações atingidas. Contou com a ajuda da Polícia Militar do Estado, do Corpo de Bombeiros, das Secretárias de Segurança e Saúde, das forças federais (Aeronáutica e Exército), de outros Estados e de outros países.

O Paraná contou com uma ajuda internacional peculiar, a dos Estados Unidos. Em 11 de outubro, o governador Ney Braga assinou um convênio com a Agência Internacional de Desenvolvimento (AID) e Comissão Coordenadora da “Aliança Para o Progresso” (COCAP), da ordem de Cr\$ 300 milhões, destinados à assistência de técnicos norte-americanos em agricultura, para auxiliar num programa de desenvolvimento no Paraná. (Paraná, 1964, p. 73)

Os técnicos norte-americanos constataram que a única solução para acabar com os incêndios no Paraná seria a chuva. Caso contrário ele continuaria incessantes. Concluíram que os incêndios foram gerados pelas queimadas para plantio posterior, porém, elas fugiram do controle. E finalizam que sua missão nesse caso seria de orientar o lavrador paranaense como debelar o fogo através de filmes e materiais áudios-visuais que foram apresentados em seminários realizados no território paranaense (Paraná, 1964).

O governador Ney Braga, diante da situação que se encontrava a população paranaense, baixou o decreto que instituía como utilidade pública, a “Campanha Socorro ao Paraná em Flagelo”. De caráter apolítico, tinha como finalidade a coordenação e mobilização de recursos para atender às populações atingidas.

O socorro aos flagelados chegou de diversas partes do Brasil, bem como de diversas partes do mundo. Foram enviados ao Paraná medicamentos, leite em pó, farinha de trigo, bulgor, fubá, azeite comestível, manteiga, queijo, bacalhau, leite condensado, presunto em lata, roupas, calçados e plasma sanguíneo, dos seguintes países: Noruega, Rússia, Estado do Vaticano, Itália, Estados Unidos da América, Suíça, Israel, Canadá, Inglaterra, China, Bélgica, Holanda, França, Espanha, Alemanha, Polônia, Japão e Tchecoslováquia. Conforme notícias publicadas no decorrer do mês de setembro de 1963, no jornal Folha de Londrina.

Na fase final de aplicação dos recursos o setor executivo da campanha “Socorro ao Paraná em Flagelo” foi transferido para a Cáritas Brasileira (Conferência dos Bispos) que com a colaboração das comunidades evangélicas, se responsabilizaram pelo atendimento dos flagelados.

A Cáritas do Brasil se incumbiu do atendimento ao flagelados. Enviaram alimentos, medicamentos, utensílios domésticos, ferramentas de lavouras e roupas para as regiões assoladas pelo fogo. As regiões foram divididas em seis: Ponta Grossa, Guarapuava, Cascavel, Campo Mourão, Paranaíba e Londrina (Paraná, 1964).

Para a aquisição de ferramentas para a lavoura (machados, plantadeiras, foices, facões, ancinhos, enxadas, pás, cortadeira, limas) foi destinado uma quantia de aproximadamente Cr\$ 15.567.200,00 (Paraná, 1964).

Documentos foram expedidos pelo governador para conseguir junto ao governo Federal recursos para sanar os efeitos dos incêndios, principalmente no setor da lavoura e na assistência da população atingida. Enfatizando a necessidade de providências imediatas por parte do Governo Federal, em decorrência da grave crise social gerada pelos incêndios.

Em expediente enviado ao presidente João Goulart, o governador Ney Braga enviou um memorial descritivo sobre a situação do Estado. Onde enumerou os setores que requeriam atendimentos urgentes.

No memorial constava o pedido da quantia de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros) destinada à assistência dos flagelados, na aquisição de sementes e na melhoria das condições de produtividade da lavoura (Paraná, 1964, p. 50).

Junto ao memorial descritivo o governador Ney Braga enviou o Memorial da Lavoura Cafeeira, que deveria ser objeto de decisão imediata. Os itens que necessitavam de atendimento urgente eram:

- a) A reformulação do Esquema Financeiro da safra 1963 – 1964. Elevando os preços internos e estabelecimento de ágio para as sacas de café adquiridas pelo IBC (Paraná, 1964, p.50).
- b) Descasamento da série do equilíbrio incluindo o tipo 7, isoladamente com deságio de preço equivalente, para permitir o escoamento de cafés chuvados e geados da safra 1962 – 1963, bem como os da safra atual (Paraná, 1964, p.51).
- c) Atualização das bases de financiamento de erradicação de cafeeiros e diversificação da cultura (Paraná, 1964, p.51).
- d) Estabelecimento de preços mínimos médios para produtos agrícolas, iguais para todas as regiões produtoras e não produtoras (Paraná, 1964, p.51).

Para o GERCA (Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura) o governador do Paraná solicitava o empréstimo de Cr\$ 1.567.000.000,00 (um bilhão, quinhentos e sessenta e sete milhões de cruzeiros) para aquisição de sementes destinadas aos lavradores. (Paraná, 1964, p.51)

Solicitou, também, uma quota do fundo de defesa do café. A quota seria de Cr\$ 250,00 por saca de café produzida na safra 1962-1963 (Paraná, 1964, p. 51).

Por fim, o total da importância destinada ao Paraná era de Cr\$ 3.240.000.000,00 (três bilhões, duzentos e quarenta milhões de cruzeiros), dos quais Cr\$ 1.296.000.000,00 (um bilhão, duzentos e noventa e seis milhões de cruzeiros) foram destinados para o Governo Estadual e Cr\$ 1.944.000.000,00 (um bilhão e novecentos e quarenta e quatro milhões de cruzeiros) às Prefeituras Municipais (Paraná, 1964, p.51).

Essas medidas deveriam ser atendidas em caráter de urgência. No ano de 1963, devido à estiagem-geadas-incêndios, o governador Ney Braga estimava que a renda diária do Estado, havia caído de 200 para 60 milhões de cruzeiros diários. O que representava um grande dano na economia do Paraná (Folha de Londrina, 4. Set.1963).

A recuperação do Estado veio através da campanha “Operação Sementes”. A Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná (CAFÉ do Paraná) com a colaboração da Secretaria de Agricultura ao lançar a campanha tinham a intenção de atender a produção agrícola do Paraná, bem como milhares de lavradores. Visando atender as demandas de sementes diversificadas (Folha de Londrina, 17, Set. 1963).

Por essa campanha os agricultores obteriam um financiamento parcial ou total para a aquisição de sementes de diversas culturas. E esses financiamentos concedidos tiveram prazos que foram do plantio à colheita. Foram beneficiados proprietários, arrendatários, parceiros e meeiros de propriedades até 20 alqueires, desde que provassem que seus bens tivessem sido destruídos pelo fogo.

As sementes disponibilizadas aos agricultores foram as seguintes: algodão, milho híbrido, milho azteca, feijão, arroz, amendoim mamona, sacas e batatas. Foram mobilizados

agrônomos, funcionários administrativos e viaturas. E para a racionalização da distribuição de sementes e um pleno atendimento, o Estado foi dividido em 11 regiões de atendimento: Curitiba, Ponta Grossa, Iratí, Guarapuava, Pato Branco, Cambará, Londrina, Maringá, Paranavaí, Cruzeiro do Oeste e Cianorte (Paraná, 1964, p.81).

A “Operação Sementes” foi bem saudada na imprensa. No Editorial publicado em 18 de setembro de 1963, no jornal “O Estado do Paraná” afirmou que a ação do governo era fundamental para a recuperação da economia agrícola paranaense, uma vez que facilitava a aquisição de sementes oferecidas aos agricultores e principalmente por lograr a diversificação da cultura (Apud: Paraná, 1964, p. 85).

De acordo com a reportagem de Luis Alves - Revista Manchete – “O Paraná semeia para o Brasil” em 26 de outubro de 1963, a “Operação” estava cumprindo importantes finalidades. Em primeiro lugar, era o propósito de propiciar a renovação das lavouras dizimadas. Em segundo, evitar o êxodo rural. E, em terceiro, o propósito de dar início ao plano de diversificação das culturas, justamente na região cafeeira mais sujeita às geadas. Porém, o repórter viu a diversificação da lavoura como um ponto negativo, pois afetaria a posição do Estado como maior produtor de café, tendo em vista a sua produtividade média em relação a outros Estados (Apud: Paraná, 1964, p.88).

Paralelamente à execução do programa para diversificar a cultura, o governo elaborou um plano de reflorestamento, produzindo de mudas de *Pinus elliottii*, uma espécie de pinheiro utilizada como matéria prima para a indústria papelreira e para celulose, e na indústria madeireira.

A Secretaria da Agricultura centralizou no Parque Estadual de Vila Velha todos os esforços para alcançar a produção de 10 milhões de mudas de *Pinus elliotti*. Nas escolas rurais espalhadas por todo o Estado seria produzida outra quantidade, totalizando 20 milhões de mudas, que seriam suficientes para cobrir a área mínima de 3.300 alqueires. Os gastos para a aquisição das mudas seriam de Cr\$ 40 milhões, que vieram de contribuições do Estado, do Instituto Nacional do Pinho, do Ministério da Agricultura, através do Fundo Agropecuário e recursos dos próprios órgãos da Secretaria de Agricultura (Paraná, 1964).

As mudas seriam entregues aos interessados, com preços muito baixos, o que permitiria a execução do programa de reflorestamento em bases rentáveis e bastante econômicas.

No trabalho de reconstrução do Estado, o mesmo homem que se empenhou em apagar o fogo, se dedicou a obra de diversificar a lavoura. A capacidade do homem paranaense para se reerguer social e economicamente foi muitas vezes exaltada pela imprensa. E através da ação desses homens foi possível o surgimento de um novo Paraná disposto a ocupar seu lugar de celeiro do Brasil.

Conclusões

O novo campo da História, a chamada História Ambiental, merece destaque. Nos anos 1970 e início dos anos 1980, assistiu-se, no mundo todo, um grande crescimento do interesse pela questão ecológica (Martins, 2007). As crises ecológicas aparecem aos nossos olhos com mais frequência como a poluição excessiva, desmatamento de áreas tropicais, o número crescente de animais e vegetais sob ameaça de extinção, o efeito estufa, o aumento do buraco na camada de ozônio, entre outros. Essas crises desencadeiam conseqüências funestas, tanto econômica quanto socialmente. A questão da sustentabilidade da vida humana no planeta se torna um tema obrigatório em todas as esferas da sociedade.

Os estudos realizados no período de 1970-80 sobre a relação homem-natureza não compreendia necessariamente a denominação da recente história ambiental. No Brasil, de acordo com Martins (2007) somente no final de década de 1990 que percebemos um

desenvolvimento mais sensível no campo da história ambiental. Não podemos deixar de citar os estudos realizados pelo pioneiro Warren Dean, de grande contribuição ao novo campo da história.

Por se tratar de um campo pouco explorado até então, nos despertou o interesse para analisarmos os impactos sociais decorrentes das geadas 1963, seguido por um forte incêndio que abalou o campo paranaense. Tendo em vista que o conhecimento sobre danos ambientais sofrido pelo Estado do Paraná se limita a geada de 1975. Ressaltamos que as fontes para tal análise foram poucas. Uma vez, que tal acontecimento é pouco estudado e não está presente na memória de grande parte da população paranaense.

Para a análise levamos em conta, que este é um fato importante da História do Paraná e que por um mês a população viu seus campos queimarem, perdendo toda sua lavoura, gerando desemprego e até morte. Em resposta a tais danos o governo elaborou planos para atender os necessitados, que contou com ajuda de todo país para confortar a população atingida. Cujas recuperação foi assistida pela “Operação Semente” realizada pelo governo do Estado e pelo empenho do homem paranaense.

Portanto, neste recente ramo da História, as estruturas do cotidiano, as formas de exploração econômica e de dominação política, o espaço e o tempo são o ambiente que os historiadores devem buscar compreender, interpretar e transformar na direção da sustentabilidade. Não podemos esquecer que este ambiente é o lugar de projeções e simbolizações de sentimentos e ações humanas.

E como nos afirmou Martins (2007) a questão ambiental é considerada como a grande questão do século XXI, devido aos desafios políticos, científicos e culturais que serão enfrentados pela humanidade. O desenvolvimento da história ambiental proporcionará aos historiadores participação relevante no debate sobre o lugar dos humanos no sistema de vida do planeta.

Referências Bibliográficas

DICIONÁRIO CRAVO ALBIN DA MPB. *Biografia de João do Vale*. Disponível em: <http://www.dicionariompb.com.br/joao-do-vale>. Acesso em: março/2011.

DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. *Paraná: do flagelo à recuperação*. Departamento de Imprensa Oficial. Curitiba, 1963.

JORNAL FOLHA DE LONDRINA. Pesquisa realizada com os exemplares dos meses de agosto e setembro de 1963. Disponibilizados pelo CPDH da Universidade Estadual de Londrina.

MARTINS, Marcos Lobato. *História e Meio Ambiente*. São Paulo: Annablume, 2007.

MÚSICA FOGO NO PARANÁ. Disponível em: <http://letras.terra.com.br/joao-do-vale/1546752/> Acesso em: março/2011.

RIBEIRO, Antonio Giacomini. *Seca, geada e incêndios no ano de 1963*. *Boletim de Geografia*, ano 2, nº 2. Maringá: EDUEM, 1984, p. 24-30.

WARREN, Dean. *A ferro e fogo: A história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia da Letra, 1996.

-
- ¹ Aluna do Curso de História da UEM. Pesquisa de IC
² Professor do Programa de Pós-Graduação em História.